

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Reta final do governo Ibaneis



Faltam três meses para o fim do governo Ibaneis Rocha (MDB). Até 4 de abril, ele se desincompatibilizará para disputar as eleições de outubro, deixando o cargo para a vice, Celina Leão (PP). Saem também alguns dos principais integrantes do primeiro escalão. É o caso dos secretários Gustavo Rocha (Casa Civil), José Humberto Pires (Governo), Hélvia Paranaguá (Educação), Sandro Avelar (Segurança Pública), Ana Paula Marra (Desenvolvimento Social), Rodrigo Delmasso (Família), André Kubitschek (Juventude) e Cristiano Araújo (Turismo), além de outros nomes. É claro que a gestão de Celina será uma continuação do mandato atual e Ibaneis deverá manter a influência nas decisões. Mas a reta final deve incentivar o governador a acelerar entregas, resultados e inaugurações que deverão constar em sua prestação de contas na campanha eleitoral.

Decisão inédita: Justiça autoriza que empregado grave pericia em processo contra empresa

O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região garantiu uma vitória importante a um trabalhador ao autorizar a gravação em vídeo e áudio da perícia técnica em um processo trabalhista contra a União Química Farmacêutica Nacional S.A. A decisão foi assinada pelo desembargador Grijalbo Fernandes Coutinho e reforça o direito do trabalhador à transparência e à ampla defesa durante o andamento do processo. O Tribunal entendeu que não há motivo razoável para proibir a gravação, desde que sejam respeitados cuidados com a imagem e os dados das pessoas envolvidas. "A medida é vista como um avanço na garantia de mais clareza, segurança e equilíbrio entre as partes, além de reforçar a transparência dos atos da Justiça do Trabalho", explica o advogado do caso, Marcelo Lucas.

Renato Alves/Agência Brasília



Atraso desmentido

O Governo do Distrito Federal (GDF) esclareceu que não procede a informação que circula nas redes sociais sobre um suposto atraso no pagamento dos salários dos servidores públicos. Segundo o Executivo, essa é uma fake news que tem criado insegurança entre os trabalhadores.

"É uma fake news clara com intuito de gerar pânico entre os servidores públicos do DF", afirma o secretário de Comunicação, Welington Moraes. O GDF sustenta que a folha de pagamento foi integralmente empenhada na noite e a Secretaria de Economia efetuou o pagamento em 5 de janeiro, primeiro dia útil do ano, enquanto os demais órgãos seguirão o cronograma habitual, com depósitos realizados até o quinto dia útil do mês.

Tainá Matos/Divulgação



Troca de senador no PL do Rio

Em seu primeiro discurso no plenário, o senador Bruno Bonetti (PL-RJ) criticou o governo Lula e afirmou que sua atuação será focada na correção de injustiças e na busca do equilíbrio institucional do país. Também sinalizou seu apoio à família Bolsonaro nas eleições de 2026. Bonetti tomou posse no Senado Federal como suplente durante a licença do senador Romário. Presidente municipal do Partido Liberal no Rio de Janeiro, Bonetti comanda o partido no reduto da família Bolsonaro. Ao pedir licença do partido, Romário justificou que havia um acordo no partido para que Bonetti assumisse temporário o mandato.

Divulgação



Aos leitores

Desejo que 2026 seja justo, camarada, carinhoso, companheiro, amoroso, realizador, exemplo de boas lições, paciente, presente e marcante de momentos de alegria.



Pedido de providências

O deputado distrital Ricardo Vale (PT) tornou-se um dos principais defensores da proteção aos animais, ao lado dos colegas Daniel Donizet (MDB) e Robério Negreiros (PSD). Vice-presidente da Câmara Legislativa, Vale encaminhou demanda ao governo para que tome providências para a falta de profissionais e insumos no Hospital Veterinário de Brasília. A unidade precisa de ajuda!

TCDF cobra solução para falhas estruturais no Hmib

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) determinou que a Secretaria de Saúde do DF (SES/DF) apresente esclarecimentos e medidas concretas para corrigir falhas estruturais no Hospital Materno Infantil de Brasília (Hmib), após um alagamento ocorrido em 19 de outubro, que expôs profissionais de saúde e pacientes em situação de vulnerabilidade a riscos. Na ocasião, uma forte chuva provocou a entrada de água em áreas internas da unidade e goteiras no teto. A decisão foi tomada na última sessão plenária da Corte, de 2025.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

INVESTIGAÇÃO

Médica acusa bombeiro de racismo

Denunciado teria chamado mulher de "macaca" em postagem nas redes sociais em que ela relata episódio de abordagem policial

» LARA COSTA
» MILA FERREIRA
» VITÓRIA TORRES

Após divulgar nas redes sociais um vídeo em que relata uma "abordagem constrangedora" por parte da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), a médica Rithiele Souza denunciou que teria sido chamada de "macaca" por um bombeiro militar que teve acesso à postagem. A Polícia Civil do DF (PCDF) está investigando o caso.

A postagem feita pela médica, que é negra, teve grande repercussão nas redes sociais. Em um grupo de WhatsApp do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), um oficial teria utilizado termos racistas para se referir à médica: "A macaca quis meter a carteirada. Parabéns, policiais do DF".

Em nota, o CBMDF diz que ainda não foi comunicado oficialmente sobre o boletim de ocorrência da PCDF mencionado. "Assim que houver a notificação formal, será instaurado o devido processo administrativo para apuração dos fatos", informa a corporação.

Além disso, a instituição afirma que não administra grupos de aplicativos de mensagens, e que eles são de responsabilidade exclusiva de seus participantes. "A

corporação reafirma que não compactua com condutas contrárias à lei, à ética, à moral ou aos valores institucionais e seguirá colaborando com as autoridades competentes dentro dos limites legais", disse o Corpo de Bombeiros.

No vídeo em que relata a abordagem policial, Rithiele descreve o constrangimento vivido dentro do próprio carro. "Gente, eu aconselho que estudem, porque eu, médica formada pela Universidade de Brasília (UnB), dentro deste carro, fui parada e me perguntaram se eu tinha passagem. Depois que eu disse que era médica, eles me trataram muito bem", afirmou. Na legenda da publicação, ela acrescentou: "Pediram até para eu descer do meu carro".

Em nota, a PMDF esclarece que as abordagens policiais seguem critérios técnicos e legais para garantir a segurança da população, e que são feitas de forma igualitária, respeitosa e sem distinção de posição social, profissão, raça ou qualquer outra condição. "A corporação reforça que o procedimento de abordagem faz parte da rotina do policiamento ostensivo e é fundamental para a prevenção de crimes e a preservação da ordem pública", afirma.

Sobre as manifestações atribuídas a Rithiele, a corporação diz que não se responsabiliza por condutas

Arquivo Pessoal



Rithiele Souza gravou vídeo denunciando constrangimento

individuais externas à sua estrutura institucional, e que devem ser apuradas pelos meios legais competentes. "A PMDF reafirma seu compromisso com o respeito aos direitos fundamentais, com a legalidade e com a atuação profissional de seus policiais em todas as ocorrências", diz a nota.

Discriminação

Ao Correio, Rithiele afirmou que pretende recorrer à Justiça. "Eu vou entrar com um processo, tanto criminal quanto civil, por danos morais. Isso se alastrou, gerou uma

exposição muito grande", disse. Segundo ela, a intenção é que o caso não seja enquadrado como injúria racial. "Isso é racismo", declarou.

O advogado de Rithiele, Ailton Zouk, classificou o episódio como grave e de cunho racista. "É crime de racismo, sim. Esperamos que a PCDF venha instaurar um inquérito penal, que esse autor seja ouvido e, posteriormente, a ação penal seja

proposta pelo Ministério Públ

co do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Temos a certeza e a confiança na Justiça de que ele será condenado. É lamentável e repugnante que

fatos ainda ocorram dessa forma. A nossa expectativa é que ele receba uma repremenda penal", declarou o defensor da médica.

Um ouvidor do MPDFT encaminhou ofícios para as providências cabíveis ao Núcleo de Direitos Humanos e Promotoria Militar.

Enquadramento penal

O advogado criminalista e especialista em direito constitucional Vitor Sampaio esclarece as diferenças jurídicas entre injúria racial e racismo e avalia os limites do enquadramento penal. "Na injúria racial, é necessário identificar quem falou, o que foi dito e contra quem. No racismo, além da autoria, é preciso comprovar o ato discriminatório em si, ou seja, a efetiva restrição de um direito", detalha.

Ele acrescenta que o Supremo Tribunal Federal (STF) consolidou o entendimento de que a injúria racial integra o crime de racismo, tornando-a também imprescritível e inafiançável. "Hoje, a gravidade dos dois crimes é tratada de forma muito semelhante pela legislação", pontua.

Apesar disso, o advogado avalia que o enquadramento como racismo é juridicamente mais difícil nesse caso. "No episódio narrado, trata-se mais claramente de uma ofensa à

Qual a diferença?

Injúria racial: ocorre quando uma pessoa é ofendida diretamente por palavras, gestos ou expressões de cunho racista que atingem sua honra ou dignidade individual. Desde 2023, é considerada crime racial, com pena de dois a cinco anos de prisão, além de multa.

Racismo: configura-se quando há discriminação que resulta na exclusão, impedimento ou restrição de direitos, como acesso a serviços, locais ou oportunidades, em razão de raça, cor ou etnia. É crime imprescritível e inafiançável, previsto na Lei nº 7.716/1989.

dignidade individual, o que se encaixa de forma mais natural como injúria racial. No caso da abordagem policial, há ainda a dificuldade de provar que ela fugiu do padrão e que ocorreu especificamente por motivo de cor", analisa.

O vídeo sobre a abordagem policial foi publicado há cerca de uma semana. Já o episódio envolvendo o xingamento atribuído a bombeiros ocorreu há três dias.